

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.795 - PR (2019/0156798-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ROSA MARIA CORNIANI POLIZEL
ADVOGADO : PRICILA ACOSTA CARVALHO E OUTRO(S) - PR039848

DECISÃO

A questão tratada nos autos diz respeito à "possibilidade de concessão de aposentadoria híbrida, prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, mediante o cômputo de período de trabalho rural remoto, exercido antes de 1991, sem necessidade de recolhimentos, ainda que não haja comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo" é idêntico ao TEMA 1.007, submetido ao rito do art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, pela Primeira Seção desta Corte, nos autos dos REsp's 1.674.221/SP e 1.788.404/PR.

Desse modo, em observância ao princípio da economia processual, é possível ao relator determinar o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação do acórdão proferido nos autos do recurso representativo da controvérsia, devendo tais recursos ser apreciados na forma prevista no art. 1.040 do CPC/2015.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: a) tenha seguimento denegado na hipótese do acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ; ou b) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (art. 1.040 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator